

ATAS
ATA N.º 199/2020

Folha

10

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas dez horas e trinta minutos, a partir da sede da Federação, em Lisboa e por sistema de videoconferência, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Andebol de Portugal, conforme convocatória de vinte de novembro de dois mil e vinte do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, convocada nos termos dos artigos 51.º, n.º 4, 54.º, n.º 1 a), 57.º, n.º 1, c), 58.º, n.º 1 e 2, 59.º, 60.º, 61.º, n.º 1 dos Estatutos da Federação de Andebol de Portugal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Discussão e apreciação do Plano de Atividades e Orçamento da Federação de Andebol de Portugal para o ano de 2021.

A Mesa foi constituída pelo Presidente, Pedro Maria Cardoso Gonsalves Mourão, pelo Secretário, José Manuel Lopes Costa e por Alfredo Ramos, em substituição de Raul Castro, o que não mereceu oposição da assembleia.

Dos órgãos sociais da Federação de Andebol de Portugal participaram o Presidente da Federação, Luis Miguel Morgado Laranjeiro, os membros da Direção, o Vice-Presidente Augusto Silva, a Vice-Presidente Juliana Sousa, o Vice-Presidente Pedro Sequeira e o Vice-Presidente Bernardo Novo. Esteve também presente o Diretor Executivo, Miguel Nuno Sá Nogueira Ferreira Fernandes, o Presidente do Conselho de Arbitragem, António Marreiros e o contabilista certificado da federação, Mário Bernardes.

Estiveram presentes e participaram 23 (vinte e três) dos 53 (cinquenta e três) delegados que compõem a totalidade dos delegados dos membros ordinários da Assembleia Geral, conforme lista de registos e presenças.

O Presidente da Mesa abriu os trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Federação de Andebol de Portugal, que começou por agradecer a presença de delegados à Assembleia e apresentar um ponto prévio de Voto de Pesar, pelo falecimento de Viriato Cabeça Branca, funcionário da Federação desde o ano de 1994. Nesse sentido, apresentou à Mesa tal Voto de Pesar, demonstrando o seu profundo pesar e consternação pelo falecimento do seu colaborador, carinhosamente chamado de “Viri”, prestando-lhe homenagem e apresentando à família e seus amigos as suas mais sentidas e sinceras condolências. Submetido tal Voto de pesar à Assembleia, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Entrando no ponto único da Ordem de Trabalhos foi, de novo, concedida a palavra ao Presidente da FAP que fez uma apresentação em PowerPoint do Plano de Atividades e

ATAS

Folha 11

Orçamento da Federação para o ano de 2021. Começou por enfatizar os objetivos de manter rigor e ambição, apoiar os clubes, reforçar o nível competitivo das Seleções nacionais, manter a aposta no Andebol Feminino, a apresentação e preparação de uma candidatura à organização do Europeu de Seniores Masculinos em 2028 e a manutenção de uma articulação plena entre todos os agentes da modalidade, mesmo com o contexto e circunstâncias de grande dificuldade face à Pandemia e aos profundos impactos que a mesma tem causado.

Apresentou depois os princípios e critérios subjacentes à elaboração do orçamento de 2021, em função da especialização de Gastos e Rendimentos pelos vários Contratos-programa com o IPDJ, IP, com a continuidade de melhoria do relacionamento financeiro com entidades federadas e credores. Realçou a diminuição do orçamento em 5% quando comparado com o anterior, que a Rubrica das amortizações e provisões e redução do passivo seria de 160.000 euros, e que iria haver naturalmente alguma incerteza quanto aos apoios do estado para o ano de 2021, em função da Pandemia que atravessamos. Entrando no detalhe do orçamento, referiu-se à Organização e Gestão (estrutura de custos) em que se verifica uma diminuição desta rubrica devido à contenção económica. Considerando gastos e rendimentos diretamente relacionados estima-se um resultado positivo de 159.131 euros. No que concerne à Prática Desportiva haverá uma diminuição de 132.000 euros, com a manutenção das atividades e construção de quadros competitivos mais económicos, um incremento do Alto Rendimento e Seleções Nacionais em 67.800 euros, que resulta das participações internacionais da Seleção Nacional e os custos diretos com viagens aéreas, alojamento e hotelaria; os centros de treino continuarão como eixos motivacionais dos atletas tendo em vista a participação nas Seleções Nacionais. Apresentou depois a variação do orçamento de 2021, por rubricas. No que concerne à estrutura de custos, realçou a rubrica do Alto Rendimento e Seleções Nacionais, com 17% de custos estimados, o que representa um aumento de 2% e quanto aos Quadros Competitivos a variação e diminuição de 1.064.505 em 2020 para 943.350 euros em 2021. Quanto aos apoios às Associações Regionais manter-se-á o mesmo valor de 375.000 euros. O mesmo sucederá quanto à Formação, que mantém o valor de 135.800 euros. Em termos globais o valor do Orçamento baixa de 4.515.850 euros em 2020, para 4.290.500 em 2021. Em termos de repartição de fontes de receitas, os valores mantêm-se estáveis, com 60% provenientes de fundos públicos e 37% de fundos próprios.

ATAS

Folha 12

Quanto ao ano de 2021 e em síntese, realçou o Presidente que haverá que manter o rumo, com transparência na gestão, confiança no modelo desportivo, para que possamos vencer juntos.

Aberta a discussão, foi dada a palavra ao Delegado da ANCANP, José Carlos Correia, que começou por recordar o nosso querido Viriato e o trabalho que, conjuntamente com ele, realizaram pelo Pais fora. Depois agradeceu à Direção a forma imediata como atuou no tempo do aparecimento da Pandemia, aprovando e executando os apoios aos Clubes; realçou o trabalho do Presidente em conjunto com as outras quatro federações de modalidades coletivas (Futebol, Voleibol, Basquetebol e Patinagem), fazendo contudo notar que o desporto tem sido esquecido pelo Governo. Referiu depois a forma como a Direção suspendeu as provas em Abril de 2020, não concordando como foi feita, afirmando que as decisões não foram discutidas com outros Clubes e com a ANCANP, tendo a Direção limitado a comunicar a decisão.

Foi dada a palavra, para esclarecimentos, ao Diretor Executivo, Miguel Fernandes. Este começou por lembrar o seu colega e colaborador Viriato Cabeça Branca, com quem trabalhou mais de 20 anos; de seguida, prestou vários esclarecimentos quanto ao processo de preparação das decisões da Direção da FAP, de 29 de Abril de 2020 (amplamente publicitadas) que as mesmas foram precedidas de amplo debate e audição de diversos Clubes de diversas competições, de associações de andebol, da ANCANP; que se há crítica a formular ao conteúdo de tais decisões, que tiveram consenso esmagador no âmbito da modalidade, é de excesso de fundamentação e motivação, pois quem as leu atentamente verificou que estavam assentes em pressupostos e circunstâncias de vária ordem e natureza, nomeadamente, desportivos, económico-financeiros, jurídicos, procurando equilibrar os interesses dos Clubes, atletas, treinadores, árbitros, associações de andebol e demais associações de classe; que na génese de tais decisões a Direção procurou formular soluções que de forma coerente se pudessem aplicar, também e transversalmente, a todas as competições dos diversos escalões; reforçou, ainda, o princípio e modelo europeu do desporto, insito nas decisões adotadas, pois a FAP não organiza competições fechadas, mas competições abertas, com subidas e descidas asseguradas e assentes em classificações e resultados desportivos, sendo pois tais decisões assentes, no essencial, em critérios desportivos, incluindo nos casos de alargamento de número de clubes participantes nas provas da época 2020/21, que de acordo com critérios desportivos participaram em competição desportiva que classificou, ou qualificou clubes

ATAS

Folha 13

para os respetivos campeonatos. Por fim, salientou que as decisões proferidas pela Direção foram boas decisões, participadas por todos e se hoje se consegue ter a atividade que se tem foi precisamente porque todos participaram ativamente naquela decisão.

De seguida, o delegado António Manso interveio fazendo referência às dificuldades da calendarização resultantes do alargamento; Interveio também o delegado Artur Jorge Ferreira aludindo à diminuição de apoios por parte do Estado questionando o porquê de tal situação. A este propósito o Presidente da Federação aproveitou para prestar os esclarecimentos devidos.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por finda a discussão do ponto único da ordem de trabalhos e submeteu à votação, em conjunto, com a anuência da Assembleia Geral, do Plano de Atividades e do Orçamento da Federação de Andebol de Portugal para o ano de 2021.

O Plano de Atividades e o Orçamento da FAP para o ano de 2021 foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião da Assembleia Geral por encerrada cerca das onze horas e trinta minutos.

Os documentos a que se faz referência na presente ata, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituem parte integrante da mesma.

Para que conste se lavrou a presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai assinada pela Mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral,

